
ANTOINE GARAPON

**CRIMES QUE NÃO SE PODEM
PUNIR NEM PERDOAR
PARA UMA JUSTIÇA INTERNACIONAL**



**INSTITUTO
PIAGET**

Título original:
DES CRIMES QU'ON NE PEUT NI PUNIR NI PARDONNER

Autor:
ANTOINE GARAPON


ODILE JACOB, 2002

Direitos reservados para a língua portuguesa, excepto Brasil:
INSTITUTO PIAGET
Av. João Paulo II, lote 544, 2.º – 1900-726 Lisboa
Telef. 21 831 65 00

E-mail:
piaget.editora@mail.telepac.pt

Colecção:
DIREITO E DIREITOS DO HOMEM
sob a direcção de
ANTÓNIO OLIVEIRA CRUZ

Tradução:
PEDRO HENRIQUES

Capa:
DORINDO CARVALHO

Paginação:
LM

Impressão e acabamento:
EDITORIAL MINERVA

Depósito legal: 208 561 / 2004

ISBN: 972-771-708-X

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor.

ÍNDICE

<i>INTRODUÇÃO</i>	15
-------------------------	----

PRIMEIRA PARTE UM DESAFIO PARA O DIREITO

<i>CAPÍTULO 1 – UMA UTOPIA DO PÓS-GUERRA FRIA</i>	21
---	----

Antes da Guerra Fria: Nuremberga e Tóquio	22
Os processos ulteriores e o início da Guerra Fria	28
A competência universal	31

<i>CAPÍTULO 2 – PROJECTO UNIVERSAL OU JUSTIÇA DOS VENCEDORES?</i>	41
---	----

O sonho de uma justiça superior	42
O esquecimento da condição política da humanidade	52
Uma transposição impossível	61
Um universal necessariamente inacabado	67

<i>CAPÍTULO 3 – O MOTOR DA OPINIÃO PÚBLICA</i>	71
--	----

Um processo de institucionalização	71
A força da opinião pública	74
Uma sensibilidade democrática	88

<i>CAPÍTULO 4 – O CRIME CONTRA A HUMANIDADE: UM DESMORONAMENTO DA COMUNIDADE JURÍDICA</i>	97
---	----

O crime de guerra	99
O crime contra a humanidade	105
O atentado terrorista	127

ANTOINE GARAPON

SEGUNDA PARTE

JULGAR SEM (NECESSARIAMENTE) PUNIR

CAPÍTULO 5 – <i>RECONHECER AS VÍTIMAS</i>	135
Uma expectativa específica	136
Uma justiça ao serviço da memória?	140
Uma re-humanização conjunta	148
Um acto jurídico	156
CAPÍTULO 6 – <i>FAZER JUSTIÇA SOBRE O PASSADO</i>	161
Enunciar os factos	161
Reconhecer os crimes	178
Uma narrativa que une ou que divide?	187
CAPÍTULO 7 – <i>REINAUGURAR A DEMOCRACIA</i>	193
Uma representação do mal político	194
A co-presença perante um terceiro judicial	200
Fazer passar o passado	207
A encenação de uma nova relação política	216

TERCEIRA PARTE

UMA RESPONSABILIDADE UNIVERSAL

CAPÍTULO 8 – <i>ADAPTAR A JUSTIÇA À DIVERSIDADE DAS SITUAÇÕES</i>	225
Os limites do processo penal	226
Novas formas de justiça	234
Uma função universal	244
CAPÍTULO 9 – <i>CONCILIAR O DIREITO E A FORÇA</i>	253
Justiça e especificidade das relações internacionais	254
A injunção de se afastar de uma política criminosa	262
A responsabilidade da força (democrática)	271
CONCLUSÃO	281